

2. RECONCETUALIZAR A SEGURANÇA E A DEFESA NACIONAL: O FUTURO E A IMPORTÂNCIA DO FATOR DEMOGRÁFICO

RECONCEPTUALIZING SECURITY AND NATIONAL DEFENSE: THE FUTURE AND THE IMPORTANCE OF DEMOGRAPHY

Teresa Ferreira Rodrigues

Professora Associada
Departamento de Estudos Políticos
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Investigadora e membro do Conselho Científico do
IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais
Universidade Nova de Lisboa
Lisboa, Portugal
trodrigues@fcsh.unl.pt

Ana Isabel Xavier

Professora Auxiliar Convidada
Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública
Escola de Economia e Gestão
Investigadora associada NICPRI - Núcleo de Investigação em Ciência
Política e Relações Internacionais
Universidade do Minho
Braga, Portugal
xavier.anaisabel@gmail.com

Resumo

Ainda povoado pelas memórias do 11 de setembro, o CEDN aprovado em 2003 espelha a conciliação de um paradigma de segurança e defesa para lá dos Estados e da sua integridade territorial contra ameaças internas e externas cada vez mais próximas do que hoje identificamos como (in)segurança humana. A este respeito, uma das questões que tem vindo a ganhar relevância em diversos fora prende-se com a importância do fator demográfico, nomeadamente pela generalização do envelhecimento das estruturas etárias em países como Portugal e o possível papel que as migrações poderão vir a desempenhar nos equilíbrios de poder internacionais. Neste sentido, o presente artigo pretende refletir sobre o modo como, nas vésperas da revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Portugal pode reequacionar uma estratégia nacional capaz de responder aos desafios que se perspetivam num futuro próximo, considerando as realidades demográficas que

caracterizam cada um dos palcos em que o nosso país atua em termos de política externa e interesses diversos.

Palavras-chave

Conceito Estratégico de Defesa Nacional; Segurança Humana; Organizações Internacionais; Estudos de População.

Abstract

Still recalling the September 11 attacks, the security paradigm presented in the 2003 National Defense Strategic Concept succeeds in going further on the classic defense concepts and state's territorial integrity against internal and external threats as we identify today as "human (jn)security". In this respect, one of the issues that are gaining importance in several fora relates to the importance of the demographic factor, namely the way aging is spreading in countries like Portugal, in its population structures and the possible role that migration may play in balancing the international power. In this sense, this article seeks to reflect on how, on the eve of the review of a Strategic Concept of National Defense, Portugal may foresee a national strategy that responds to the near future challenges, considering the demographic indicators that also define our country's interests in terms of foreign policy.

Keywords

National Defence Strategic concept; Human Security; International Organizations Population Studies.

Introdução

Quando a 20 de janeiro de 2003 o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, foi publicado em Diário da República, a conjuntura estratégica internacional era ainda povoada pelas memórias do 11 de setembro e pela reconfiguração do sistema geopolítico mundial perante (novas) ameaças e desafios que se colocavam, então, a Organizações Internacionais, Estados e indivíduos.

Nesse sentido, o *acquis* que as Organizações Internacionais produtoras de segurança vão desenvolvendo na primeira década do século XXI, e que se têm vindo a reforçar nesta segunda década, baseia-se na aceitação da necessária interdependência entre a segurança dos Estados e a segurança dos indivíduos e comunidades, a fim de garantir uma resposta eficaz perante as novas ameaças transnacionais. Nesta abordagem complementar e não excludente, simultaneamente estatal e "humana", pensar a segurança das sociedades e dos indivíduos significa conceptualizar um paradigma de segurança e defesa para lá dos Estados e da sua integridade territorial contra ameaças externas. Disso dá eco o enunciado do diploma nacional de 2003 quando afirma que

cada vez mais, se propende hoje para definir um conceito alargado de segurança que, continuando a integrar os objetivos mais tradicionais dos Estados — defesa do território e da soberania —, confere atenção acrescida a uma filosofia preventiva e a uma visão global da evolução dos focos de insegurança internacional e das crises que deles decorrem, com o intuito de as prevenir e limitar, evitando o seu desenvolvimento para formas agravadas de conflitualidade. (DR, 2003, p. 280)

Ora, umas das questões que frequentemente a literatura académica enquadra numa ótica de “Segurança Humana”, e que os diplomas internacionais (Estratégia Europeia de Segurança de 2003 e o seu *amendment* de 2008, ambos de Javier Solana, e Conceito Estratégico de Defesa NATO, aprovado em Lisboa em 2010) têm relevado nos últimos anos, reporta às questões demográficas, nomeadamente no que concerne ao envelhecimento das estruturas etárias e aos processos migratórios.

Neste sentido, perspetivando-se a revisão do enunciado de 2003 do conceito estratégico de segurança e defesa nacional durante o ano de 2013 e a sua eventual revisão em 2018, a nossa proposta neste artigo vai no sentido de, numa ótica prospetiva, questionar quais os fatores que no domínio das dinâmicas demográficas e volumes de população residente devem ser considerados relevantes nos próximos anos por Portugal. Pretendemos refletir sobre o modo como o nosso país se poderá reposicionar no xadrez político internacional, i.e. nas principais Organizações Internacionais em que se move, nas quais o cenário populacional futuro converge para um envelhecimento demográfico crescente, com inevitáveis impactos em termos de pressão migratória e de recursos.

A título prévio, importa notar que o quadro internacional demográfico é pautado por realidades muito distintas, não obstante todos os exercícios prospetivos serem unânimes ao considerar inevitável uma convergência dos comportamentos coletivos das sociedades humanas nos próximos anos, no que respeita à desaceleração de crescimento populacional e à progressiva generalização do fenómeno de duplo envelhecimento demográfico das estruturas etárias (redução do número e peso percentual de jovens e aumento absoluto e relativo de idosos). No entanto, esta homogeneização dos comportamentos humanos efetua-se a partir de níveis muito diversos e com base em realidades que oscilam entre a expectável redução ou não crescimento do número de efetivos e um aumento ainda significativo dos mesmos, explicado pelo fator de inércia demográfica, tão caro a Giles Pison (2012).

Com efeito, parece consensual que, nas próximas décadas, a comunidade internacional será confrontada com a redução dos ritmos de crescimento populacional, embora com diversidades regionais e inter-regionais significativas. Os países considerados desenvolvidos irão debater-se com os efeitos acumulados do duplo envelhecimento das estruturas etárias, de escassez e aumento da idade média de população ativa, da necessidade de redefinição dos moldes de mercado de trabalho e sistemas de apoio social, de crescente dependência face à imigração, nem sempre

desejada. No que respeita à relação entre população, recursos e desenvolvimento, e num Mundo que continuará a duas velocidades, mais de 80% da população mundial será confrontada com os efeitos do seu ainda significativo aumento demográfico e respetivo impacto em termos económicos e nos recursos vitais, condicionados por novos fenómenos globais, de que acabam por ser as maiores vítimas (aquecimento global, escassez de água, desertificação do solo...).

Sabemos que entre 1900 e 2000 a população mundial quadruplicou, tendo sido ultrapassada a barreira dos 7 mil milhões de indivíduos em outubro de 2011. Esse aumento, de intensidade inédita na história da humanidade, foi explicado pela substituição gradual de um modelo de comportamento demográfico marcado por ciclos de vida curta e instável para um outro, onde imperam ciclos de vida longos e estáveis¹. Mas o processo, que em termos teóricos compreende quatro estádios ou fases e ao qual se convencionou dar o nome de processo de transição demográfica, ainda está longe de concluído na maioria das regiões do Mundo. Os volumes demográficos, a sua distribuição no espaço e a estrutura etária da população são algumas das questões essenciais para compreender o presente e o futuro das sociedades humanas (Figura 1).

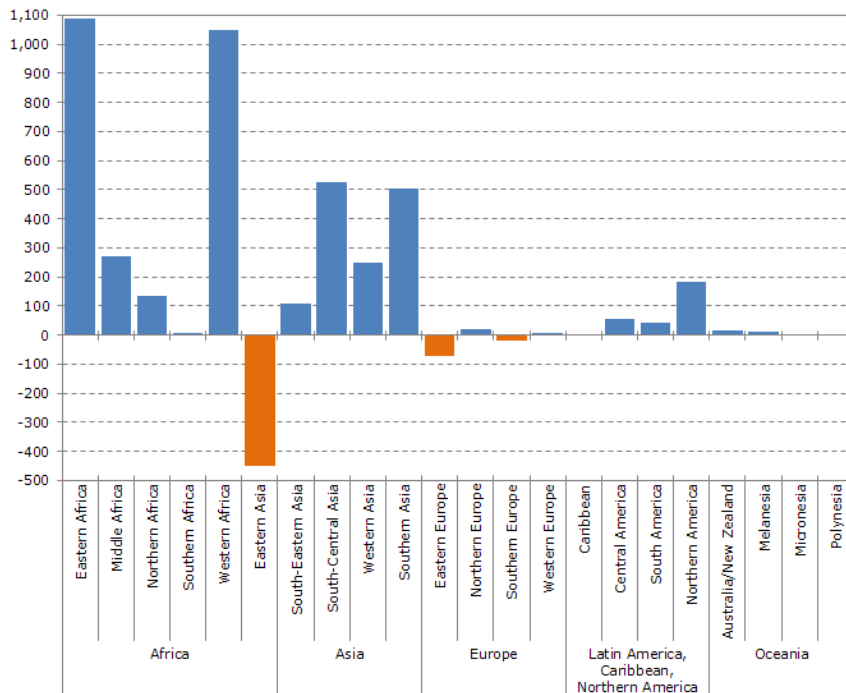


Figura 1.

A população no mundo. Tendências de distribuição (2010-2100)

FORNTE: United Nations Population Division, *World Population Prospects. The 2010 Revision*, 2011

¹ Caracterizam este Ciclo estruturas etárias envelhecidas; Esperanças de sobrevivência longa; Redução progressiva das diferenças sociais, no que respeita à saúde, morbilidade e mortalidade (Rodrigues, 2004)

Como referimos, embora na reta final do século XX se comece a observar uma ténue redução dos ritmos de crescimento demográfico, ele é ainda pautado por grandes assimetrias geográficas, que tenderão a manter-se. A primeira das grandes certezas sobre o futuro é que, na primeira metade do século XXI, a população continuará a crescer diferentemente nas várias partes do Mundo, até estabilizar num crescimento moderado por volta da década de 30 (Rodrigues, 2011). As projeções efetuadas para a evolução dos quantitativos humanos no futuro próximo apontam para um acréscimo estimado entre um e três milhares de milhões de indivíduos, essencialmente urbanos e com origem asiática e africana.

A inevitabilidade de crescimento assimétrico gera outras incertezas, nomeadamente sobre o modo como garantir a melhoria urgente da qualidade de vida e dos indicadores de bem-estar nos países menos desenvolvidos, num cenário de acentuado aumento demográfico. Ou ainda como assegurar o seu desenvolvimento económico considerando as debilidades dos mercados internos. Coloca-se assim, uma vez mais na história da Humanidade, a questão de garantir o equilíbrio entre população e recursos, sem que este ponha em causa o necessário e desejado desenvolvimento económico, social e humano e permita a aproximação gradual entre níveis de bem-estar global, sem que esse facto comprometa a sustentabilidade dos recursos vitais ou o agravamento da pressão sobre o ambiente, natural e construído (Pison, 2009).

Mas no futuro próximo que implicações em termos de segurança trazem as mudanças demográficas? Essa reflexão será, então, objeto dos capítulos seguintes e retomada também nas conclusões.

Da segurança dos Estados à Segurança Humana no eixo euro-atlântico: nova agenda, novos referentes, novas perspetivas.

A legitimação da assunção do indivíduo como referente superior ao Estado em termos de segurança (Brandão, 2003) e a sua sobrevivência como parte da Segurança Humana (SH) emerge na Comunidade internacional como tema a explorar com o final da guerra fria. De facto, a literatura académica (Vasquez, 1995; Krause e Williams, 1997; Booth, 1997; Buzan et al, 1999) converge a partir da última década do séc. XX para a noção que a defesa da pessoa humana deixa de ser uma prerrogativa natural do Estado-nação soberano, para se assumir potencialmente como uma responsabilidade da comunidade internacional no seu todo, colocando em oposição uma *abordagem ampla*, centrada na “libertação em relação à necessidade” e uma *abordagem restrita*, centrada na “libertação em relação ao medo”.

Estas duas “liberdades” foram pela primeira vez definidas como componentes de SH em 1994, no Relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), apontando para a necessidade de simultaneamente «(...) proteger das

súbitas e maléficas ruturas nos padrões do quotidiano quer seja nos lares, nos empregos ou nas comunidades» (perspetiva restrita) e, de forma ampla, assegurar «(...) a segurança contra as ameaças da fome, da doença e da repressão» (PNUD, 1994, p. 23). Embora tratando-se de duas dimensões interdependentes, o relatório do PNUD tende a preferir encarar a SH como a garantia das necessidades básicas da população (abordagem ampla de liberdade em relação às necessidades), alcançável através da boa governação (ao nível das políticas nacionais e internacionais), pela diplomacia, desenvolvimento, prevenção e pela reforma das Instituições globais.

De modo a clarificar o alcance do conceito, Alkire (2004) salienta que a SH premeia quatro grandes dimensões, particularmente importantes para o nosso objeto temático de estudo.

Primeiro, refere a autora, falar de SH é privilegiar a centralidade da pessoa humana, ou se se preferir, privilegiar uma abordagem *people-centred*, em que o referente principal é o indivíduo que procura segurança no seu dia-a-dia. A SH é, assim, entendida como «(...) a ajuda aos humanos em situação de vulnerabilidade face aos sistemas de exclusão injustos e opressores» (David, 2001).

Segundo, a SH deve assumir-se como conceito universal e integrativo, já que as ameaças à segurança são elas próprias universais, transnacionais e diversas. É, assim, um conceito universal relevante para os povos em todo e qualquer lugar, sejam nações ricas ou pobres, não obstante as diferentes perceções sobre vulnerabilidade e os meios de a ultrapassar.

Por isso, e em terceiro lugar, Alkire (2004) salienta a interdependência e indivisibilidade dos seus componentes, no sentido em que o relatório identifica sete valores fundamentais de SH e respetivas ameaças ao mesmo (PNUD, 1994; BAJPAI, 2000, pp. 10-12): a **segurança económica** (a falta de um emprego produtivo e remunerado ou de um trabalho precário que não assegure um rendimento básico, bem como a impossibilidade de aceder a uma rede pública de segurança financeira); a **segurança alimentar** (a falta ou insuficiência no acesso físico e económico a alimentação, nomeadamente através do benefício de uma senha titular da compra de alimentos e/ou de um sistema público de distribuição alimentar); a **segurança sanitária** (a falta de acesso a facilidades de cuidados de saúde e a exposição a doenças infetocontagiosas e parasitárias, doenças cardiovasculares, poluição, cancro, sida, falta de água potável ou falta de cuidados parturientes e maternos); a **segurança ambiental** (o declínio da disponibilidade da água, a poluição da água e do ar, a desflorestação, a desertificação, os desastres naturais, a industrialização intensiva, o rápido crescimento populacional e a degradação dos ecossistemas locais e globais); a **segurança pessoal** (as provenientes do próprio Estado - tortura física -, dos outros Estados - guerras -, de indivíduos em grupo com outros indivíduos ou grupos armados - crimes, violência de rua - as ameaças diretas contra as mulheres - violação, violência doméstica -, as ameaças diretas a crianças baseadas na sua vulnerabilidade e dependência - abuso de crianças - e as ameaças a si

próprio - suicídio, uso de drogas); a **segurança comunitária** (ameaças à segurança da identidade cultural e da reafirmação de valores no que concerne à participação das pessoas em uma família, comunidade, organização ou grupo racial ou étnico - separação de uma família, destruição das linguagens e culturas tradicionais, discriminação racial, genocídio e limpeza racial); e a **segurança política** (a repressão governamental, as violações sistemáticas dos Direitos Humanos e a militarização).

Estes sete elementos são, para o Relatório do PNUD, como uma «(...) cadeia sobreposta [em que] uma ameaça a um deles alastra, como um furacão, a todas as formas de Segurança Humana» (1994). Por isso, e em último lugar, a SH alcança-se por uma ação cooperativa (não contra os outros, mas com os outros) e por uma prevenção atempada, visto ser «(...) menos dispendioso e mais humano enfrentar essas ameaças a nascente do a jusante, antes cedo do que tarde» (PNUD, 1994, p. 3).

Não se pense, no entanto, que o contributo das Nações Unidas em relação ao conceito de SH é absolutamente consensual e convergente na literatura académica. Não é, de todo, o caso, mas a presente reflexão não terá como ambição dar ecos de todas as vozes que têm sublinhado quer a indefinição conceptual (Badie, 2000, p.23), quer a aparente inoperacionalização do conceito (Tadjbakhsh, 2005, p.8), muito menos as perspetivas do Canadá² (ICISS, 2001; CDFAIT, 1999) e do Japão³ (Ogata, 2005; Ogata e Sen, 2003; CHS, 2003; Ogata, 2001;) na apropriação desta abordagem em termos de política externa. Por isso, assumiremos neste artigo que o âmago do conceito se refere a todas as ameaças a que os indivíduos estão constrangidos, às responsabilidades humanitárias dos Estados e à importância de se olhar para os Estados e os indivíduos

² O Canadá é frequentemente considerado pelos académicos o país que mais tem promovido a doutrina da SH a nível governamental. A sua tónica tem incidido no reforço da lei humanitária, a prevenção de conflitos e o fomento da democracia e da governabilidade, no reforço da agenda internacional com temas como o crime organizado, as crianças-soldado ou tráfico de drogas, mas também no conceito de responsabilidade de proteger. Este conceito pode sumariamente ser descrito como o dever de proteger os que precisam de apoio e se encontram em situações de necessidade compulsiva de proteção humanitária. Para a prossecução destes objetivos o Departamento Canadiano para os Assuntos Externos e Comércio Internacional (DFAIT-*Department of foreign affairs and international trade*) gere desde 2000, o Programa de Segurança Humana, que aloca anualmente cerca de 10 milhões de dólares canadianos a projetos vários no âmbito do consórcio canadiano como uma base de dados *online* de Segurança Humana gerido por um Centro de Segurança Humana. Esta Instituição, que tem como objetivo principal a divulgação da informação relacionada com a Segurança Humana e que, em 2005, publicou o documento “*Human Security Report: war and peace in the 21st Century*”. A jurisdição universal do Tribunal Penal Internacional e a implementação do Tratado de Otava de interdição de minas pessoais, assinado em 1998, são as principais temáticas com que a rede tem concentrado o seu trabalho.

³ No caso do Japão, é de referir o impulso na institucionalização, em setembro de 2004, de uma “Unidade de Segurança Humana” sob a dependência do Secretariado das Nações Unidas do Gabinete de coordenação dos assuntos humanitários (OCHA-*United Nations Secretariat at the Office for the coordination of humanitarian affairs*) que, por sua vez, pretende elevar a Segurança Humana ao estatuto de prioridade das atividades das Nações Unidas. Este OCHA tem ainda como missão orientar a gestão do fundo das Nações Unidas para a Segurança Humana (UNTFHS-*United Nations trust fund for Human Security*), estabelecido em 1999 pelo Japão. Dois anos depois, em junho de 2001 e com o impulso da Cimeira do Milénio, foi lançada oficialmente a Comissão de Segurança Humana das Nações Unidas, copresidida pelo prémio Nobel da Economia Amartya Sen e pelo antigo Alto-Comissário para os refugiados Sadako Ogata. Os objetivos desta Comissão são sobretudo dois: clarificar o conceito de Segurança Humana e, perante diferentes interpretações e perspetivas, chegar a um consenso para a formulação de princípios valorativos que sejam operacionais e ferramentas políticas que sejam implementados; e identificar e explorar um programa de ação concreto que faça frente às ameaças à SH. A 01 de maio de 2003, a Comissão apresentou ao Secretário-geral das Nações Unidas o seu relatório final intitulado “A Segurança Humana agora”. Este relatório assenta numa dupla lógica de proteção da segurança dos indivíduos e dos seus direitos e liberdades fundamentais e de capacitação dos indivíduos e das comunidades.

como atores complementares de produção e garantia de segurança (Maclean et al, 2006; Tadjbakhsh e Chenoy, 2007).

Neste contexto, interessa-nos perceber como a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), Organizações Internacionais nas quais Portugal se insere de forma estratégica, têm entendido a questão da demografia enquanto parte de ameaças à SH e, portanto, integrada em reflexões cujo enquadramento internacional influencia fortemente a condução da política externa nacional. Também a este respeito, deixaremos para reflexões futuras o facto da terminologia “Segurança Humana” não se encontrar explícita em sede de Tratado Europeu (Newman et al, 2009) ou no Conceito Estratégico de Defesa NATO (2010) importando, ao invés, concentrarmo-nos no modo como a questão demográfica tem sido abordada nestas Organizações abrangidas por um novo quadro de ameaças que perpassam o Estado enquanto produtor e destinatário exclusivo das mesmas.

De facto, um dos aspetos individualizantes do relatório do PNUD é que identifica claramente a **segurança alimentar, a sanitária e a ambiental** como parte das sete componentes de salvaguarda do “indivíduo”, salientando como as pressões demográficas e/ou o envelhecimento das estruturas etárias são tendências coincidentes, a agravarem-se sobretudo nos países desenvolvidos e com incidência em todas as faixas da população e todas as dimensões da vida em sociedade (PNUD, 1994, pp. 26-30). Paralelamente, desde 1993, o relatório anual do mesmo programa, tem contemplado como padrão de avaliação do bem-estar populacional o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, comparando fatores diversos como a riqueza, a alfabetização, a educação, ou o acesso a determinados recursos, onde se destacam vários indicadores de índole demográfica, como a mortalidade infantil, a esperança de vida ou os níveis de fecundidade (<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/default.html>)⁵.

A presente reflexão enquadrará estes três vetores de segurança em dois diplomas estratégicos a nível internacional: ao nível da União Europeia, a Estratégia Europeia de Segurança de 2003 e o seu *amendment* de 2008; ao nível da OTAN/NATO, o conceito estratégico de Defesa de 2010.

Ora, no que concerne a UE, a Estratégia Europeia de Segurança (EES) foi proclamada e aprovada pela conclusão 83 do Conselho Europeu de Bruxelas de 12 e 13 de dezembro de 2003, tendo sido apresentada aos Estados-membros pelo então Alto Representante da UE para a política externa e segurança, Javier Solana. Não obstante a ESS não falar explicitamente de SH, nem explicar como é que a União e as Instituições Comunitárias podem explorar todas as possibilidades em termos de política externa (disso

⁴ Conceptualizado em 1990 pelo economista paquistanês e consultor da ONU para os assuntos sociais Mahhub ul Haq.

⁵ No que ao eixo euro-atlântico diz respeito, esta matriz revelava em 2011 como os países ditos do mundo ocidental e desenvolvido e nos quais se inserem a maioria dos Estados-membros da União Europeia e OTAN/NATO (<http://hdr.undp.org/en/data/profiles/>) se encontram nos lugares de nível muito elevado de desenvolvimento humano de uma lista que analisa a totalidade dos Estados-membros da ONU.

nos dará conta HSSG, 2007 e SGESC, 2004), a UE é projetada como comunidade produtora e promotora de normas e valores, admitindo-se que a pobreza, a doença ou o analfabetismo causam insegurança e revelam de forma mais expressiva as ameaças do terrorismo, proliferação das armas de destruição maciça, conflitos regionais, Estados falhados e criminalidade organizada. Por sua vez, o relatório de execução de 2008, que Solana atualiza cinco anos depois da EES, reforça o desenvolvimento como pré-condição para a segurança.

Do mesmo modo, o novo conceito de defesa NATO, aprovado na Cimeira de Lisboa em 2010, perspetiva uma abordagem ampla de segurança e analisa as ameaças à escala internacional como ameaças à sua vizinhança.

Poderemos sistematizar estas ideias (**Tabela I**), sendo de realçar o modo como ambas as aceções se aproximam na identificação de ameaças (*segurança de que valores, face a que ameaças*), atores de segurança envolvidos (*segurança para quem*) e estratégias a adotar (*segurança por que meios/instrumentos*).

Tabela i. Eixos de análise securitária a nível da ue e nato

FONTE: Adaptado de Bajpai, 2000, p. 36; Triantafyllou, 2010, p. 25

Eixos de análise	Estratégia Europeia de Segurança (2003) + Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança (2008)	Novo Conceito de Defesa NATO, 2010
<i>Segurança para quem?</i>	Mundo, Estados-membros da União Europeia, vizinhança, indivíduos. Entendimento que a segurança do mundo é a segurança da própria Europa.	Estados-Membros, vizinhos e outros Estados, indivíduos humanos
<i>Segurança de que valores?</i>	Conflito, insegurança e pobreza, terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, conflitos regionais, Estados frágeis, criminalidade organizada.	Terrorismo nacional/internacional, ciber-ameaças, armas de destruição maciça, violações dos Direitos Humanos, Estados frágeis, Pirataria, abastecimento energético, alterações climáticas
<i>Segurança face a que ameaças?</i>	Eclosão do conflito nos Balcãs, conflitos internos com vítimas civis, pobreza e doença, fome, subnutrição, SIDA	
<i>Segurança por que meios/instrumentos?</i>	Segurança como condição prévia do desenvolvimento; criação de segurança na vizinhança, promoção da boa governação; uma ordem internacional baseada num multilateralismo efetivo (colaboração com parceiros estratégicos); uma Europa mais ativa, mais capaz, mais coerente.	Meios políticos, diálogo e cooperação, paz e ação humanitária, uso preemptivo de poder

No que concerne à temática do presente artigo, também estes diplomas são paradigmáticos no que à atenção redobrada às questões populacionais diz respeito. De facto, a Estratégia Europeia de 2003 começa por lançar o alerta:

Metade da população mundial – cerca de três mil milhões de pessoas – vive com menos de 2 euros por dia. Eleva-se a 45 milhões o número daqueles que todos os anos morrem de fome e subnutrição. A SIDA é hoje uma das epidemias mais devastadoras da história da humanidade, contribuindo para o colapso das sociedades. Podem surgir novas doenças suscetíveis de se propagar rapidamente e constituir ameaças à escala mundial. A África subsariana é agora mais pobre do que há dez anos. (Solana, 2003, p. 2).

Feito o enquadramento internacional, o mesmo documento salienta que

A concorrência em matéria de acesso aos recursos naturais – nomeadamente à água –, que irá agravar-se nas próximas décadas devido ao aquecimento do planeta, é de molde a causar novas turbulências e novos movimentos migratórios em várias regiões. (Solana, 2003, p. 3)

Por sua vez, no relatório de execução de 2008, a ênfase é colocada sobretudo no aquecimento global e na degradação do ambiente, enquanto parte das alterações climáticas e, fazendo a ponte com o documento anteriormente citado, relembra:

Em 2003, a Estratégia identificava já as implicações das alterações climáticas para a segurança. Cinco anos depois, o problema adquiriu uma nova urgência. Em março de 2008, o Alto Representante e a Comissão apresentaram ao Conselho Europeu um relatório que descrevia as alterações climáticas como um "multiplicador de ameaças". As catástrofes naturais, a degradação do ambiente e a concorrência em torno dos recursos vêm exacerbar os conflitos, especialmente em situações de pobreza e crescimento populacional, com consequências ao nível humanitário, sanitário, político e da segurança, nomeadamente o aumento dos fluxos migratórios. As alterações climáticas podem também despoletar conflitos a propósito de rotas comerciais, zonas marítimas e recursos anteriormente inacessíveis. (Solana, 2008, p. 5)

Por outro lado, no âmbito do eixo transatlântico, no documento aprovado em Lisboa, em 2010, a menção mais significativa a esta questão é porventura plasmada nas páginas introdutórias, no ponto 15:

Os principais constrangimentos ambientais e de recursos, incluindo os riscos à saúde, as mudanças climáticas, a escassez de água e a necessidade crescente de energia vai moldar ainda mais o ambiente de segurança futuro em áreas de preocupação da NATO e apresentam o potencial de afetar significativamente o planeamento e as operações da NATO. (NATO, 2010, p. 13)

Deste modo, reconhece-se que as questões demográficas estão incluídas na preocupação dos Estados-membros da União Europeia e da NATO de forma particularmente relevante, mesmo que numa ótica que parece destacar mais a associação

entre crescimento e distribuição dos volumes populacionais e questões ambientais, alterações climáticas e acesso a recursos vitais, ao invés das consequências da globalização do fenómeno de envelhecimento demográfico. Refira-se que é também sublinhado o carácter transnacional das ameaças (é disso exemplo a referência às “pandemias” no relatório de execução da EES) e de como a multilateralização do sistema salvaguarda que as ameaças são mais eficazmente geridas em cooperação.

Demografia e segurança, que ligações?

Em termos de investigação académica a ligação entre demografia e segurança apresenta duas fases distintas. A primeira estende-se em termos de produção bibliográfica entre 1968, ano de publicação da *The Population Bomb* (Paul e Anne Ehrlich) e 2000, e baseia-se na relação negativa da trilogia população/recursos e segurança, considerando serem as deficiências na articulação entre crescimento demográfico, recursos vitais e desenvolvimento económico as responsáveis pela falta da mesma. A segunda linha surge no início deste século com a obra de Myron Weiner (Weiner e Russell, 2001) e recentra a questão, redefinindo os conceitos de população e de segurança). Acresce, por fim, uma última perspectiva mais recente, que enfatiza a ligação holística entre dinamismo demográfico como vetor estratégico de segurança e defesa (Sciubba, 2011). Numa tentativa de sistematização vejamos com maior detalhe alguns dos aspetos essenciais de cada uma destas linhas de pensamento:

1. DEMOGRAFIA & PODER:

Perspetiva mais histórica, que traz a Demografia para a Ciência Política (explica, por exemplo, as duas guerras mundiais). Linha de pensamento mais «clássica», entende a população como fator de poder. Está preocupada, sobretudo, com os conflitos entre Estados e confere uma especial relevância aos volumes populacionais, que considera determinantes na afirmação do poder, embora progressivamente lhe adicione outros fatores. Com efeito, ela evolui com as críticas à sua abordagem demasiado simplista, atendendo à evidência de que uma população abundante e jovem pode ser uma vantagem, mas também se pode tornar um entrave. Deste modo, à importância atribuída à dimensão dos exércitos, à força de trabalho e à maior estabilidade do poder político acrescentam-se como *predictors* incontornáveis na afirmação do poder, como o nível médio de educação, o seu estado de saúde e a existência de emprego, ou o nível médio de bem-estar e qualidade de vida em termos de habitação, alimentação e lazer das populações.

2. (IN)SEGURANÇA & DEMOGRAFIA:

Linha de investigação com uma perspectiva histórica e mais abrangente. Surge ligada à ISA (International Studies Association), à APSA (American Political Science

Association) e ao ESCP (Environmental Change and Security Program). Analisa as consequências de determinados fenómenos, nomeadamente a forma como condições ambientais, tendências demográficas, doença, tecnologia e globalização económica criam soluções, mas também problemas para as questões tradicionais na área das Relações Internacionais (guerra e paz, soberania, desenvolvimento...). Abre a discussão a novas áreas (como as relacionadas com as implicações de segurança decorrentes dos moldes em que se estabelece a relação entre população/recursos naturais/desenvolvimento, ou seja, ao ambiente construído)⁶. De pendor economicista e ecológico sublinha os riscos para a estabilidade interna que representa a competição pelos recursos (mais grave quando eles não são abundantes, mas são essenciais, como a água, alimentos ou emprego). Para esta linha o risco de conflito é maior em Estados politicamente fracos e menor em democracias e Estados autoritários. Os seus adeptos mais otimistas (economistas neoclássicos) defendem as vantagens militares e económicas das populações numerosas. Entendem que o desenvolvimento económico leva ao aumento de segurança, porque tendencialmente assente no desenvolvimento tecnológico.

3. DEMOGRAFIA COMO VETOR ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA & DEFESA:

A população figura entre as ameaças não convencionais (não estatais). O aumento demográfico é hoje quase exclusivo aos países menos desenvolvidos, onde coexiste com instabilidade política, falta ou concentração de reservas energéticas, falhas de abastecimento alimentar e água, desertificação dos solos, emergência de atividades terroristas e redes criminosas. Ligada à geoestratégia, geopolítica e prospetiva, considera que as variáveis microdemográficas atuam como componentes, indicadores e multiplicadores de segurança nacional e internacional, entendida em três campos: o militar, o de regime e o de estrutura. O futuro dos conflitos está a ser formatado pelas tendências demográficas em termos de fecundidade, mortalidade e migrações. O crescimento populacional vai ocorrer em países em desenvolvimento e interferir no poder político interno, nas capacidades de arranque económico e de desenvolvimento, podendo agravar tensões sociais. Numa ótica de desafios e oportunidades entende que as dinâmicas demográficas podem atuar como indicadores, recursos e multiplicadores de segurança. Assim, por exemplo, a existência de uma população jovem aumenta o risco de conflito interno, desde que não existam respostas do mercado de trabalho; mas os estados jovens podem ter a sua janela de oportunidade por possuírem muitos jovens, o que lhes assegura o desenvolvimento necessário para aumentar a sua importância no sistema político internacional (projeção de forças militares, alianças vantajosas com países envelhecidos e consolidação de posições no Conselho de Segurança das Nações Unidas

⁶Environmental Change and Security Program ECSP Report 13 (2008-2009), The Woodrow Wilson International Center for Scholars, USAID, Washington DC http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/ECSPReport13_hi.pdf; NAFEEZ, Mosaddeq Ahmed, «Globalizing Insecurity: The Convergence of Interdependent Ecological, Energy, and Economic Crises» <http://yalejournal.org/wp-content/uploads/2010/09/105208ahmed.pdf>

(SCIUBBA, 2011, p.9).

As dinâmicas populacionais tocam várias dimensões da segurança dos Estados e outros atores, pelo que os estudos demográficos devem ser encarados como um instrumento de apoio à decisão nas políticas de segurança, defesa nacional, alianças e política externa (Rodrigues, 2012a, p.90). No passado recente o volume de população foi tido como elemento diferenciador do poder dos Estados, o que se justificava num espectro em que todas as sociedades cresciam a ritmos semelhantes, apresentavam o mesmo tipo de estrutura etária (muitas crianças, poucos idosos) e a produção económica predominante estava ligada ao setor primário. Mas hoje e no futuro serão as características dos recursos humanos que irão determinar a importância de cada Estado no jogo de xadrez do sistema internacional, fundado em novas ordens, alianças e noções de desterritorialização e destemporização. A população representa um vetor estratégico no âmbito da segurança e defesa (Sciubba, 2011; Weiner e Russell, 2001).

Cumprido, deste modo, perspetivar a importância do fator populacional numa dupla aceção: 1) atender à questão do volume de efetivos, cuja influência continua a não ser displicente, nomeadamente em termos de projeção externa; 2) verificar quais os impactos decorrentes das características endógenas a essa população, a nível de composição etária, nacionalidade, educação e distribuição territorial (Correia, 2010).

No início do século XXI falamos de novas populações e de novas noções de segurança. Às tradicionais funções do Estado e dos atores de defesa e segurança juntam-se novos deveres. Os próprios conceitos de segurança, liberdade e justiça são reestruturados em função do cidadão e de um novo paradigma de SH, fundado em novas ordens, alianças geográficas e noções de territorialidade. Na nova sociedade mundial, em mosaico deste início de milénio, interessa caracterizar a posição que o nosso país ocupa no xadrez internacional e qual as opções estratégicas que deverá privilegiar, de forma a consolidar a sua posição no sistema geopolítico mundial.

Portugal. (In)certezas de futuro

Tal como na maioria dos Estados contemporâneos, também no nosso país as características etárias da população residente e as migrações são os dois vetores privilegiados no *link* demografia/segurança (Rodrigues, 2012a). Com efeito, o conhecimento e monitorização das dinâmicas populacionais devem ser entendidos como instrumentos incontornáveis de apoio à decisão política e ao planeamento, o que pressupõe uma informação partilhada e em rede e um esforço de articulação entre decisões de tempo presente e curto e a adoção de medidas preventivas inscritas num tempo mais longo, que permitam reduzir alguns dos riscos inerentes às mudanças inevitáveis. Esse é um esforço que está a ser encetado, mas ainda está longe de conseguido.

Portugal ocupa um lugar confortável no que respeita a *soft power* e sabemos com

elevado grau de certeza qual será e como será a população portuguesa no horizonte temporal de 2030 (Tabela II). Mas embora saibamos qual será, onde estará e quais as características da população residente em Portugal hoje e nas próximas décadas, desconhecemos o modo como as alterações esperadas poderão representar uma mais-valia ou um constrangimento para a segurança nacional.

Tabela II. A população portuguesa (2010-2030) cenários prospetivos médios

FONTE: NAÇÕES UNIDAS, 2011

Indicador	2010	2015	2020	2025	2030
População (em milhares)	10 676	10 702	10 623	10 476	10 309
Idade Média da População	41.0	43.0	45.1	47.2	49.1
Jovens (0-14 anos) %	15.1	14.4	13.3	12.3	11.9
Idosos (65 + anos) %	17.9	19.4	21.0	22.9	25.2
Idosos (80 + anos) %	4.6	5.4	5.9	6.4	7.2
Adultos (15-64 anos) %	66.9	66.2	65.8	64.8	62.9
Ratio Dependência Total	49	51	52	54	59
Ratio Dependência Jovens	23	22	20	19	19
Ratio Dependência Idosos	27	29	32	35	40
Densidade (Habitantes / Km ²)	116	116	115	114	112

Indicador	2010-2015	2015-2020	2020-2025	2025-2030
Crescimento anual médio (%)	0.05	-0.15	-0.28	-0.32
Saldo Natural (N - O)	-1,9	-2,9	-3,8	-4,1
Saldo Migratório (I - E)	1,9	1,4	0,9	1,0
Número Filhos p/ Mulher	1,31	1,30	1,36	1,43
Esperança de Vida à Nascimento (HM)	79,8	80,4	80,9	81,4

Hoje, os limites entre as esferas de atuação dos diferentes atores são fluidos e permeáveis, pelo que a relação entre demografia e segurança toma especial acuidade quanto aos reptos resultantes da diversidade regional interna que continuará a caracterizar a realidade portuguesa. Esta realidade coexiste com algumas fragilidades nacionais, de que se destaca: 1) a dificuldade de controlo do espaço marítimo e aéreo, dada a sua dimensão, que poderá ser acrescida com a extensão da Plataforma Continental; 2) a distribuição assimétrica da população (em 2012, 50% reside nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e 65% junto ao litoral); 3) o envelhecimento sustentado, duplo e acentuado das estruturas etárias, devido à redução do número de jovens e à subida contínua do número de idosos; 4) o aumento da idade média dos residentes, incluindo dos grupos ativos, fenómeno com enormes consequências em termos de mercado de trabalho e sustentabilidade dos subsistemas sociais; 5) o acentuar da dependência migratória num contexto económico pouco favorável; 6) a redução do volume de residentes a partir de 2015.

Portugal tem uma situação geográfica privilegiada na ligação entre a Europa, Mediterrâneo e África e possui uma ampla faixa litoral, com todas as oportunidades e desafios que tal facto representa, a que acresce um fator de grande importância, consubstanciado nos mais de 5 milhões de portugueses que residem fora de Portugal, número que não deverá reduzir-se nos próximos anos.

Assim, num segundo nível, o *link* demografia/segurança deve ser entendido numa ótica alargada além-fronteiras. Portugal não pode deixar de ser visto como um ator de segurança no contexto dos deveres e direitos que lhe advêm dos espaços e alianças estratégicas a que pertence (Rodrigues, 2012b). Será útil conhecer e discutir as vulnerabilidades e vantagens que decorrem dos «palcos» da sua atuação no «Espaço Euro-Atlântico», «Estados limítrofes e Mediterrâneo Ocidental», «Espaço CPLP», comunidades de emigrantes portugueses e países de origem de comunidades de imigrantes em Portugal, atendendo prioritariamente à diversidade dos cenários de evolução demográfica previstos para cada um (figura 2).

Para além das decisões estratégicas a nível de política externa, qual será amanhã a lógica de relações de grandeza demográfica e de IDH entre o nosso país e os quatro conjuntos de países considerados nos diferentes cenários?

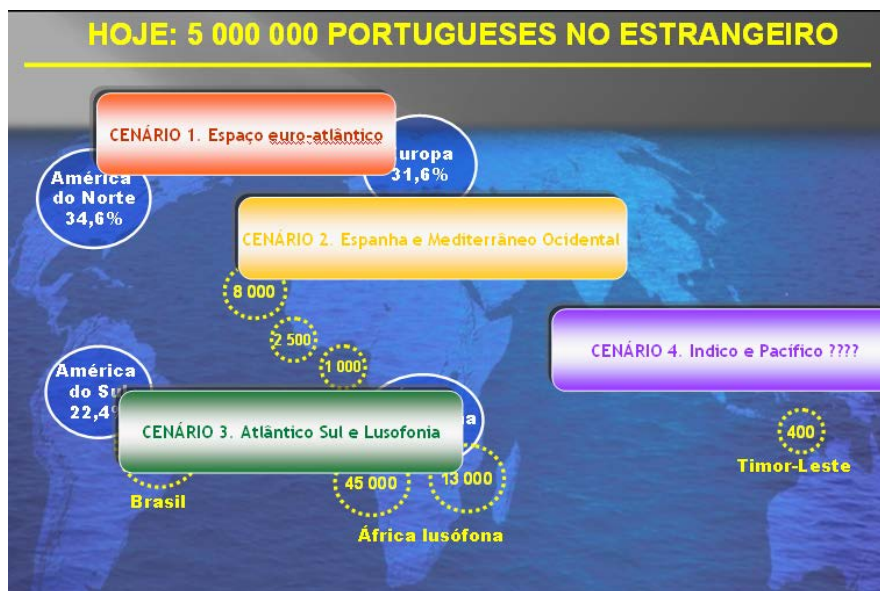


Figura 2. Portugal. Cenários de futuro

FONTE: Elaboração Própria baseada em MNE (DGACCP), maio 2006

Cenário 1. Espaço euro-atlântico - Mais forte em termos políticos e de política externa, compreende a articulação UE, NATO, América do Norte. No entanto, o presente e futuro das populações envolvidas apresentam algumas fragilidades, desde logo porque nos

referimos a populações com estruturas etárias envelhecidas e, em alguns casos europeus, já a regredir em termos de volume total. Neste cenário se incluem os países com os melhores indicadores económicos e de desenvolvimento humano a nível mundial, embora se encontrem numa fase de crescimento económico lento, causado pela crise mundial e concomitante redução do investimento e do consumo, que se prevê persistir nos próximos anos. Esta parte do mundo confronta-se com falta e aumento da idade média da população ativa e com o aumento da dependência face à imigração internacional, que, no entanto, os continua a procurar. Correspondendo à região mais atrativa em termos migratórios prevê-se um inevitável aumento das minorias religiosas e étnicas, em número e variedade.

Cenário 2. Espanha e Mediterrâneo Ocidental – Embora parcialmente minoradas, irão manter-se as assimetrias de desenvolvimento entre as duas margens do Mediterrâneo, embora com escalas diferentes e com graus de aproximação diferenciados. A pressão migratória sul-norte continuará a existir, sem se alterar o facto já hoje evidente de que parte dessa migração é estranha aos países magrebinos, que funcionam frequentemente como meros territórios de passagem. Mantém-se a preocupação europeia face à estrutura muito jovem das populações do sul e os receios decorrentes do parcial desconhecimento quanto à sua composição religiosa e étnica. No seio da Península Ibérica, Espanha é um vizinho lógico e necessário para Portugal, seja porque lhe dá a passagem para a UE, seja pela sua ligação privilegiada com os países da América Latina.

Cenário 3. Atlântico Sul e Lusofonia – Os países compreendidos neste cenário são jovens e apresentam uma dinâmica de crescimento muito positiva, constituindo para Portugal uma potencial mais-valia, dadas as raízes históricas comuns e as afinidades linguísticas. No futuro próximo terão mais população e mais dinheiro para investir e representarão uma fonte de menor pressão migratória em direção a Portugal, dada a evolução económica muito positiva de alguns deles (Brasil e Angola sobretudo, embora também Cabo Verde e Moçambique). A existência de uma história e língua comuns torna este cenário incontornável no futuro. As relações de Portugal com África e com o Atlântico Sul nos domínios económico e militar constituem, em nosso entender, um domínio chave da estratégia de projeção internacional de Portugal para o século XXI. Tais relações não se podem resumir às que atualmente se desenrolam no quadro da CPLP, embora elas constituam o núcleo de partida de qualquer possível estratégia portuguesa. O interesse crescente que os EUA - nosso principal aliado militar externo - tem vindo a revelar por África, em torno do combate às redes terroristas e à pirataria, bem como para garantir condições de acesso a riquezas minerais e energéticas de valia global e combater a crescente influência asiática, sugere que Portugal terá proveito em reforçar a sua influência nessa zona, nomeadamente na esfera da segurança e defesa.

Cenário 4. Índico e Pacífico – Representa o cenário mais débil e volátil, mantendo-se essencialmente no âmbito das trocas económicas, parte das quais de iniciativa individual. No entanto, este poderá torna-se mais importante para Portugal caso os EUA redirecionem a sua política externa para o Pacífico, o que parece provável. As vantagens que poderão advir para Portugal sobre o desenvolvimento futuro do continente asiático e dos grandes gigantes económicos e demográficos não devem ser esquecidos.

Estes quatro cenários são particularmente importantes por nos auxiliarem na identificação de fragilidades e oportunidades que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional deve equacionar também em termos populacionais. De facto, tal como sugerido pela TABELA II, não só a população portuguesa tende a diminuir a partir de 2015, como a idade média da população tende a aumentar com uma discrepância particularmente expressiva entre o rácio de idosos e jovens.

Neste sentido, a parceria estratégica que Portugal deve manter com cada um destes quatro grupos de países, designadamente em termos de política externa, deve ser construída considerando as especificidades de cada um deles: a) numa ótica estrita de peso demográfico e de mais-valias como recetores de produtos nacionais (pelo seu esperado desenvolvimento interno e aumento da capacidade de consumo das suas populações); b) encarando alguns deles como parceiros preferenciais para a resolução do desafio que representa o incontornável envelhecimento das estruturas etárias dos residentes em Portugal. No pressuposto da crescente dependência face às migrações, a existência e disponibilidade de migrantes qualificados que alimentem a base da pirâmide etária é necessária e pode estar assegurada pelo espetável aumento do nível de qualificação médio da população jovem e adulta na maior parte das regiões compreendidas nos Cenários 2 a 4. Na realidade, numa ótica estritamente demográfica, Portugal comunga das características do conjunto de Estados incluídos no Cenário 1. Esse grupo poderá ser interessante, entre outras razões pela disponibilidade de efetivos com qualificação em áreas essenciais ao desenvolvimento interno nacional, mas não pode contribuir para a mitigação da nossa escassa dinâmica populacional, já que também eles se confrontam com os efeitos da globalização do envelhecimento etário, a redução das dinâmicas de crescimento e a crescente dependência face às migrações.

Se é verdade que os cenários 1 e 3 parecem mais próximos da nossa cultura estratégica, os cenários 2 e 4 não devem ser ignorados se, numa análise prospetiva, quisermos antecipar o poder emergente de novas potências/realidades.

Considerações finais

Ao longo destas páginas verificámos como na primeira década do séc. XXI o alargamento conceptual e operacional da “segurança” coincidiu com um novo panorama geopolítico internacional, iniciado pela queda do muro de Berlim em 1989 e consequente

dissolução do bloco de leste em 1991 e que viu os seus pressupostos teóricos reforçados com os acontecimentos do 11 de setembro, em 2001.

O enunciado do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003 deve ser lido, por isso, à luz desses acontecimentos, não sendo de estranhar como as “novas” ameaças gravitavam em muito em torno do terrorismo, da criminalidade organizada e dos Estados frágeis. Nesse sentido, os principais diplomas internacionais produzidos no seio da União Europeia e da NATO entre 2003 e 2010 não ignoram o impacto dos atentados às torres gémeas no que à perceção de vulnerabilidade generalizada diz respeito, mas também não optam por uma assunção tão clara como no relatório do PNUD do que é SH e de como se identificam ameaças e estratégias no domínio desta reflexão, ou seja, na tríade segurança-demografia-mobilidade.

Por isso, as análises prospetivas ensaiadas na segunda parte da nossa reflexão conduzem-nos a conclusões particularmente importantes. A primeira é que os volumes populacionais precisam de contexto, pois são insuficientes em si mesmos para fomentarem mudanças políticas. A população pode criar insegurança, mas também pode providenciar as respostas (daí ser também “o” ator de referência para uma abordagem de SH). Para além disso, não existe uma relação única entre variáveis demográficas e questões de segurança. Por isso, a postura para enfrentar os desafios e tirar vantagens das oportunidades geradas pelos vetores demográficos exige uma abordagem abrangente e exige também respostas políticas de largo espectro, num tempo de média duração.

Neste sentido, precisamos evitar o risco de *securitizar* o vetor demográfico (Weiner, 2001), o que passa, nomeadamente, por não confundir os desafios e oportunidades decorrentes das dinâmicas demográficas (maior ou menor ritmo de crescimento, características jovens ou envelhecidas de população, diferenças internas decorrentes de comportamentos diferenciais face à fecundidade de grupos étnicos constituintes de determinada sociedade) com ameaças e riscos, como fizeram os nazis, Ceausescu ou a China. Este princípio também se aplica ao modo como devem ser encarados determinados grupos e revistas alguns preconceitos (as mulheres que, pelo incremento da sua vida profissional tendem a ter poucos filhos e as que, apesar de viverem na pobreza, continuam a ter filhos; ou a ideia que jovens, migrantes ou minorias potenciam o crime, a guerra e o terrorismo).

Em suma, a verdadeira questão da qual depende o futuro da espécie humana parece ser menos a do número e mais a do modo de vida (Rodrigues, 2010, pp. 56-57). Entre as certezas sobre o volume de efetivos em 2030, no Mundo globalizado de amanhã, as sociedades económica e socialmente mais desenvolvidas estarão totalmente dependentes das migrações, esperando-se uma redução de cerca de 20% do seu peso populacional relativo, acompanhado pela promoção em termos de indicadores de desenvolvimento do poder económico a alguns países em desenvolvimento. Por seu turno, o processo de envelhecimento demográfico reduzirá a população em idade ativa nos países hoje considerados social e economicamente desenvolvidos. Pela primeira vez

na história da Humanidade a maioria da população mundial será urbana, pertencendo os maiores centros a Estados pobres, onde faltam as condições mínimas para uma vida com dignidade. Com efeito, o grosso do aumento populacional esperado vai ocorrer nas zonas geográficas atualmente mais pobres, jovens e islâmicas, coexistindo com fracos níveis médios de educação, oportunidades de emprego e capacidade de investimento e consumo (Goldstone, 2010).

Mas então, retomando a nossa pergunta de partida e condutora desta reflexão, num futuro próximo que implicações de segurança trazem as mudanças demográficas? Podemos sistematizar seis ideias finais:

1. Os diferentes estádios de transição demográfica reduzirão a influência dos países mais desenvolvidos no contexto internacional, em termos económicos e populacionais (e também de capacidade de defesa);
2. A concentração de populações grandes e jovens no «arco de instabilidade» (da África do Sul ao Médio Oriente, sul e sudeste asiático) tenderá a aumentar;
3. As sociedades europeias, norte-americana e do leste asiático envelhecem e reduz-se o número de população ativa;
4. A pressão migratória dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos (um problema e uma solução) vai aumentar;
5. Os níveis de urbanização (sobretudo na China e em África) aumentam;
6. Os impactos negativos devidos às alterações climáticas acentuam-se nos países mais pobres e populosos. Clima, ambiente e doença são “os novos Cavaleiros do Apocalipse” (Goldstone, 2009).

Todos estes indicadores têm impacto direto e explícito em Portugal e devem ser equacionados no enunciado do próximo Conceito Estratégico e nas revisões subsequentes. Os quatro cenários que foram ilustrados anteriormente apontam para a necessidade de olharmos para lá do tradicional espaço euroatlântico (sempre tão privilegiado pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional), percecionando agora novos espaços como particularmente relevantes para acomodar as novas temáticas securitárias. Neste sentido, o fator demográfico afigura-se como um elemento questionador do *mapping* tradicional de ameaças, valores e interesses nacionais sendo, por isso, justificável a apresentação de diferentes cenários que auxiliem o processo de decisão política à revisão do CEDN.

No entanto, terminamos reiterando a argumentação que nenhum cenário se perspetiva como fechado. De fato, existem ainda outros a explorar e, como relembra em 2005 Robert Portman, ex-presidente da American Political Science, “*Demographic change was identified as being among the most predictable of future trends, yet the least studied by political scientists*”. Previsivelmente, as mudanças demográficas tenderão a manter-se subvalorizadas nos estudos de segurança e defesa, não obstante se afigurarem como das mais relevantes para que Organizações Internacionais, Estados e indivíduos assegurem,

Referências Bibliográficas

- Allkire, S, 2004. Concepts of Human Security. In Chen, LC et al (eds.). *Human Insecurity in a Global World*. Cambridge: Harvard University Press
- Badie, B, 2000. *What agenda for Human Security in the twenty-first century – proceedings – first international meeting of directors of peace research and training institutions*. Paris: UNESCO
- Bajpai, K, 2000. *Human security: concept and measurement*. Notre Dame (USA): Kroc Institute
- Brandão, AP, 2003. Para uma política de segurança global da UE. Europa: *Novas fronteiras*. pp.13-14. Centro de Informação Europeia Jacques Delors. São João do Estoril: Principia
- Buzan, B et al., 1999. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- CDFAIT - Canada Department of Foreign Affairs and International Trade, 1999. *Human Security: Safety for People in a changing world*. [em linha] Disponível em www.summitamericas.org/Canada/Humansecurity-english.htm [Consult. 20 out. 2012].
- CHS - Commission on Human Security, 2003. *Human Security Now*. New York
- Correia, PP, 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, V.I*. Coimbra: Almedina
- Presidência do Conselho de Ministros, 2003. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de janeiro), Lisboa: Diário da República
- Environmental Change and Security Program, 2008-2009. ECSP Report 13, *The Woodrow Wilson International Center for Scholars*, [em linha] 13. Disponível em http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/ECSPReport13_hi.pdf [Consult. 20 out. 2012].
- Goldstone, JA, 2009. The New Population Bomb, *Foreign Affairs*, [em linha] 81 Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com> [Consult. 20 out. 2012].
- Goldstone, JA, 2009. DEMOGRAPHY AND SECURITY: Security Implications of Global Population Changes, 2007-2050, *APSA 2009 Toronto Meeting Paper GMU School of Public Policy Research Paper No. 2009-07*
- HSSG - Human Security Study Group, 2007. *A European Way of Security - The Madrid Report of the Human Security Study Group comprising a Proposal and Background Report*. Madrid: Conselho Europeu
- ICISS - International Commission on Intervention and State Sovereignty, 2001. *The*

- Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*. Ottawa: International Development Research Centre.
- Krause, K et al, 1997. *Critical security studies: concepts and cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Maclean, SJ et al (eds), 2006. *A decade of human security: global governance and new multilateralisms*. Hampshire: Ashgate
- Nações Unidas, 2011. *World Population Prospects: The 2010 Revision*. [em linha] Nova Iorque: UN. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm> [Consult. 20 out. 2012]
- Nafeez, MA, 2010. Globalizing Insecurity: The Convergence of Interdependent Ecological, Energy, and Economic Crises. *Yale Journal of International Affairs* [em linha] 5. Disponível em <http://yalejournal.org/wp-content/uploads/2010/09/105208ahmed.pdf> [Consult. 20 out. 2012]
- NATO – North Atlantic Treaty Organisation, 2010. *Active engagement, Modern Defence – Strategic concept*. Brussels: NATO.
- Newman, E et al, 2009. *The European Union and Human Security: European External Interventions and Missions*. London: Taylor & Francis.
- Ogata, S et al, 2003. *Human security now*. [em linha] Disponível em <http://humansecurity-chs.org/finalreport/English/chapter1.pdf> [Consult. 20 out. 2012].
- Ogata, S, 2001. *State Security – Human Security. Fridtjof Nansen Memorial Lecture 2001*. [em linha] Tokyo: United Nations University. Disponível em <http://www.unu.edu/hq/public-lectures/ogata.pdf> [Consult. 20 out. 2012].
- Ogata, S, 2005. Human Security: theory and practice, *STAIR* 1, 2.
- Pison, G, 2009. *Atlas de la Population Mondiale. Faut-il craindre la croissance démographique et le vieillissement?* Paris : Jacquard
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1994. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Queluz: Mensagem – serviço de recursos editoriais Lda.
- Rodrigues, T., 2012a. Demography matters, Ligações perigosas em Portugal?, *Revista Globo*, 1(outubro-dezembro 2012), pp.90-96.
- Rodrigues, T., 2012b, O futuro (in)certo das dinâmicas demográficas em Portugal, Portugal, Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Lisboa: IDN, *Atena*, 28, pp.205-230.
- Rodrigues, T., 2011. *Globalização, População e Ambiente*, [em linha] Instituto de Altos Estudos, Instituto de Estudos Académicos para Seniores, Academia das Ciências, Lisboa, 25pp Disponível em http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1736 [Consult. 20 out. 2012]
- Rodrigues, T., 2010. Espaços e Populações do século XXI, *Janus 2010. Portugal no Mundo*.

- Meio Século de Independências Africanas*, UAL-Público, 2010, Lisboa, pp.56-57.
- Sciubba, JD, 2011, *The Future Faces of War. Population and National Security*. Oxford: PRAEGER.
- SGESC – Study group on Europe’s security capabilities, 2004. *A Human Security Doctrine for Europe - The Barcelona Report of the Study Group on Europe’s Security Capabilities*. Conselho Europeu: Barcelona.
- Solana, J, 2003. *Estratégia Europeia de Segurança*. Conselho Europeu: Bruxelas.
- Solana, J, 2008. *Relatório sobre a avaliação da implementação da Estratégia Europeia de Segurança*. Conselho Europeu: Bruxelas.
- Tadjbakhsh, S et al, 2007. *Human Security: concepts and implications*. New York: Routledge.
- Tadjbakhsh, S, 2005. Human Security: concepts and implications with an application to post-intervention challenges in Afghanistan. *Les études du CERI*. Paris: Centre d’études et de recherches internationales.
- Triantafyllou, G, 2010, *NATO and Human Security – a new guiding principle?*. International Studies Association, Annual Convention 2010.
- Vasquez, JA, 1995. *The post-positivist debate: reconstructing scientific enquiry and international relations theory after enlightenment’s fall*. In Booth, K et al (Orgs.), *International Relations Theory Today*. Cambridge: Polity Press.
- Weiner, M, Russell, SS (ed.), 2001. *Demography and National Security*. Nova Iorque – Oxford: Bergham Books.